

Cancelado contrato de obras

» JULIANA BOECHAT
» NOELLE OLIVEIRA

Depois de denúncias de superfaturamento envolvendo a Brasmetrô, o Governo do Distrito Federal (GDF) rescindiu o contrato firmado há 20 anos com o consórcio responsável pelas obras e manutenção do transporte sobre trilhos. Para evitar novas ilegalidades, o secretário de Transportes, José Valter Vazquez, determinou que, a partir de agora, cada obra passe por uma licitação específica. Entre elas está a expansão do sistema metropolitano, que deverá ser iniciado até junho deste ano. Como as empresas participantes não foram responsabilizadas até o momento por nenhuma irregularidade, poderão concorrer a outros processos de seleção pública.

Vazquez recebeu ontem o relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), que cita as ilegalidades cometidas ao longo das últimas duas décadas. Ele avaliará as informações para apurar os fatos. "Vou analisar e, em cima disso, ver se existem realmente esses problemas e pinçar o que é justificável e o que não é. Em cima das irregularidades, vamos apurar os responsáveis", explicou.

O contrato firmado entre a empresa e o GDF é alvo de investigação do TCDF desde 1992 (leia **Memória**). Segundo o relatório elaborado pelo órgão de fiscalização, há suspeita de gastos abusivos nas obras dos trechos Taguatinga-Ceilândia, nas estações 102 e 112 Sul e no Guará. O pagamento desses serviços soma R\$ 25,9 milhões. O maior gasto, no entanto, se refere aos serviços de manutenção e de apoio do sistema me-

troviário, que chega a R\$ 85,4 milhões. "Os valores são relativamente elevados quando comparados aos serviços equivalentes contratados mediante licitação. Essa diferença caracteriza indício de superfaturamento na ordem de R\$ 60,4 milhões em valores históricos", aponta o conselheiro-relator do caso, Antonio Renato Alves Rainha.

Durante 15 anos — de julho de 1994 a julho de 2009 —, a Brasmetrô recebeu aproximadamente R\$ 5 bilhões. Desse montante, R\$ 4.768 bilhões foram investidos em obras e em manutenção do sistema. No entanto, o documento expõe quatro de 29 estações previstas no projeto inicial que ainda não saíram do papel. Entre elas estão a PP2, na 104/105 Sul; a PP3, na 106/107 Sul; a PP5, na 110/111 Sul; e a Onoyama, em Taguatinga.

No projeto de expansão, duas estações estão previstas para Ceilândia, duas para Samambaia e uma para a Asa Norte, na altura do Hospital Regional da Asa Norte (Hran). Segundo o secretário de Transportes, os terminais de Ceilândia custarão cerca de R\$ 202 milhões. Os de Samambaia somarão R\$ 197 milhões. A da Asa Norte será mais cara: R\$ 300 milhões. A região ainda não conta com o sistema de metrô, que deve ser subterrâneo.

Problemas

Uma nova auditoria será feita para avaliar a atual situação do sistema de transporte sobre trilhos do DF. São 22 trens, que transportam uma média de 150 mil passageiros todos os dias. Apesar de ter apenas 10 anos de funcionamento, o sistema não acompanhou o crescimento da capital

Monique Renne/CB/D.A Press - 21/10/10



Relatório do Tribunal de Contas do DF aponta suspeita de gastos abusivos nas obras de trechos do sistema

Sob nova direção

O relatório do TCDF cita que o contrato da Brasmetrô foi firmado com a Novacap. Segundo a assessoria de imprensa do órgão, isso só ocorreu porque, em 1992, ainda não havia sido criada a Companhia do Metropolitano (Metrô-DF). Na época, os estudos eram desenvolvidos por uma coordenação especial do metrô, composta por funcionários da Novacap. Em dezembro de 1993, no entanto, o Metrô-DF assumiu o sistema e todos os processos relacionados ao transporte sobre trilhos ficaram sob nova direção.

federal. Os usuários sofrem com constantes problemas mecânicos, superlotação dos vagões e greve de funcionários.

O relatório exige o ex-diretor de Operação e Manutenção do Metrô Antônio Manoel Soares das irregularidades investigadas. Mas o relator do caso pediu, no voto, uma audiência das pessoas citadas em situações de gestão considerada antieconômica entre 2001 e 2002. E exigiu relatórios da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF) sobre as ocorrências e decisões dos órgãos federais sobre as obras do trecho Taguatinga-Ceilândia. Até o fechamento da edição, a assessoria de imprensa da empresa não havia recebido o documento do TCDF. Informou, assim, que só se manifestará após a notificação.

» Adiada votação de Plano Diretor

A votação do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal e Entorno não ocorreu ontem, como estava previsto, e talvez não entre na pauta de votação desta semana. Em uma reunião na manhã de ontem, técnicos do Governo do Distrito Federal (GDF) e da Câmara Legislativa chegaram à conclusão de que a proposta precisa ser alterada. A viabilidade do projeto do Executivo foi discutida pelos parlamentares em 31 de março por mais de quatro horas. Entre as propostas do governo estão a construção de corredores de ônibus no Eixo Sul, no Eixo Norte e no Eixo Oeste, a criação de uma política tarifária específica para os ônibus do DF e do Entorno, além da ampliação do trajeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).